

Depois do desafogo, mais trapalhadas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Parece maldição, quem sabe será incompetência, mas a verdade é que o governo não se emenda. Comete, no dia seguinte, os mesmos erros da véspera. A segunda-feira poderia ter sido extremamente positiva. Afinal, o Palácio do Planalto anunciou estar a questão da dívida externa muito bem encaminhada. Quase resolvida, com o retorno do Brasil ao Fundo Monetário Internacional, a obtenção de spreads e juros mais baixos, dos credores e, acima de tudo, o acerto do empréstimo-ponte a ser concedido pelos bancos privados, bem próximo de nossas pretensões. Mais do que isso, os ministros da área financeira comemoravam a decisão de Washington de suspender, ao menos temporariamente, as ameaças de retaliação sobre nossas exportações, repressãta tantas vezes anunciada por conta da reserva de mercado no setor de informática.

Um dia, assim, em tudo e por tudo capaz de levantar, ao menos alguns centímetros, o ânimo da sociedade. Mas não levantou. Pelo contrário, a segunda-feira terminou plena de tensões. E não se fala da crise e dos fantasmas de conflito institucional. O pessimismo grassou por conta do que fizeram os ministros da Fazenda e do Planejamento, desajeitadamente, sem o menor conhecimento de rudimentares princípios de comunicação social e, mesmo, de política. Eles movimentaram a capital federal pretendendo impor, sem debate com os demais ministros, uma nova política salarial. Não se discute o mérito; é evidente que a inflação só começará a cair quando se colocar ordem nesse verdadeiro circo de aumentos progressivos de salários e preços. Nem se leva em conta que, na semana passada, o titular do Planejamento negou de pés juntos a mudança na política salarial. Em certas iniciativas, o segredo tem de ser a alma do negócio.

Verbera-se, do episódio, a ordem dos fatores, que, em política acaba alterando o produto. Os comandantes do setor econômico-financeiro não tinham nada que usar a segunda-feira para assustar os assalariados, em especial do serviço público, se nesse dia dispunham de novidades realmente promissoras no setor da dívida externa. Se esperaram, que esperassem mais alguns dias. Mas não foi só isso — tem mais.

O pior na história é que Mafíson da Nóbrega e João Batista de Abreu repetiram, sem tirar nem pôr, a estratégia de seus indignados antecessores. Prepararam a nova política salarial sem discuti-la senão com seus assessores. Levaram-na ao presidente José Sarney para aprovação, e só depois convocaram três ministros afetos à questão. Terá sido para discutirem as inovações, solicitarem sugestões e, ao cabo de uma semana, pelo me-

nos, voltarem a se reunir para uma decisão? Nem pensar. Pretenderam impingir goela abaixo de Aluísio Alves, da Administração, Almir Pazzianotto, do Trabalho, e do brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, do Estado-Maior das Forças Armadas, aquilo que a tecnocracia havia preparado sem consulta sequer aos interessados.

Vale repetir, não se entra no mérito da iniciativa, que pretende suspender por três meses o pagamento das URPs (Unidades de Referência de Preços) de todo o pessoal da administração direta e indireta. No primeiro caso, automaticamente. No outro, a partir das datas-base de reajuste salarial. Os três ministros chiaram, ainda que em clima cordial. Primeiro, porque medida de tamanho impacto deveria, pelo menos, ter sido examinada em conjunto. Depois, porque precisaria ser geral, profunda, abrangendo todos os assalariados, até os servidores do Legislativo e do Judiciário, assim como não apenas os servidores federais, mas os estaduais e os municipais. Do jeito que a proposta está formulada determinará intensa reação no funcionalismo do Executivo, pelo simples cotejo com os demais funcionários. Além disso, no caso das empresas estatais beneficiará os que têm data-base para reajuste salarial depois do segundo semestre. Eles não serão penalizados tanto quanto outros, cujas negociações para reajuste estão previstas para breve.

O resultado é que a emenda está saindo pior do que o soneto. Os três ministros não concordaram e obrigaram João Batista e Mafíson, altas horas da noite, a procurar outra vez o presidente José Sarney, agora no Palácio da Alvorada. Não terão ido fazer queixa, mas quase. E assim ficou a questão. O governo tornou-se um pouquinho mais impopular entre os funcionários, e a nova política salarial, se sair, terá como patrono o esquitejador, aquele que gosta de ir por partes. Não será por aí que a inflação estancará, em sua espiral, se ficarem de fora de iniciativas de sacrifício os servidores do Legislativo e do Judiciário, bem como os servidores estaduais e municipais, assim como os assalariados das empresas privadas. Se é para adotar medidas heróicas, salvadoras, que elas sejam impostas horizontal e verticalmente. E que, last but not least, sejam acompanhadas da sempre prometida e jamais concretizada taxação maior dos ganhos de capital especulativo.

A conclusão a tirar é que pouca coisa mudou. Nem poderia, dizem os pessimistas. Um tecnocrata é sempre igual a outro, sirvam a que governos servirem, encontrem-se em que momento se encontrarem. O ônus de mais essa trapalhada, como sempre, será debitado ao presidente José Sarney, que, façamos justiça, entra nessa equação como Pilatos no credo.

C.C.